

Entre *Kultur e Civilization*: uma análise da formação do conceito de civilização e cultura na transição do feudalismo para o capitalismo, a partir dos textos de Norbert Elias

Carolina Minardi de Carvalho^{*}
Leonardo Massula Guimarães^{**}
Renan Ribeiro Zandomênicó^{***}

RESUMO

O objetivo deste artigo é trabalhar e esclarecer os conceitos de civilização e cultura a partir das ideias de Norbert Elias, em: **O processo civilizador**, principalmente nos capítulos “Sociogênese da diferença entre Kultur e Civilization”, no emprego alemão, e “Sociogênese do conceito de Civilization na França”, e outros autores que trabalharam esse contexto. Devido à importância de tais termos, será construído um paralelo entre os aspectos referentes à construção desses conceitos, tanto por franceses quanto por alemães, e a respectiva importância que tiveram seus significados na transição da Idade Média para a Idade Moderna, no Ocidente Europeu.

Palavras-chave: Civilização; Cultura; Burguesia.

Os conceitos de civilização e de cultura surgem em contextos diferentes, mas sob circunstâncias parecidas e possuem significados distintos. O *Kultur* apresentado nas obras de Norbert Elias não possui uma tradução literal, uma vez que é um conceito restrito à sociedade alemã, de características extremamente peculiares. O autor afirma, entretanto, que a ideia se aproxima mais daquilo o que chamamos de “folclore”. No entanto, a título de facilitar a compreensão do presente trabalho, optamos por chamar o *Kultur* proposto por Elias simplesmente de cultura, uma vez que a associação das duas palavras acaba sendo inevitável, tendo-se em vista a língua portuguesa utilizada em nosso país.

Primeiramente, vamos abordar o conceito de civilização surgido na França do século XIII, no seio da aristocracia, e que representava a maneira como aqueles membros da sociedade que rodeavam o rei deveriam proceder, sendo difundido por toda a Europa como um comportamento ideal para qualquer membro das cortes europeias. Esse conceito atravessou os séculos do período dito como “Moderno” e foi um elemento

* Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

** Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

*** Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

de extrema importância na diferenciação entre as classes sociais existentes, viveu seu grande ápice em meados do século XVIII, e está ainda presente no mundo contemporâneo, sendo muito discutido na academia e empregado de diversas maneiras pela sociedade.

No princípio, um dos principais aspectos que envolvia esse conceito era o controle das emoções. O homem civilizado deveria controlar o seu lado animal ou animalesco, deveria ter total controle sobre suas vontades e desejos e, principalmente, suas emoções, procedendo de modo a possibilitar a aplicação das “boas maneiras” e do desenvolvimento da “razão”. Era um homem pacífico, em oposição ao homem medieval (sem instrução ou estudo que era preparado para atuar nas guerras). Concepções como polidez e cortesia se encaixavam perfeitamente ao conceito de civilização, se opondo aos valores beligerantes anteriormente em voga.

O civilizado era um homem essencialmente urbano e instruído, em contraponto ao homem rural, ao vilão, de aspectos rústicos, brutos e grosseiros. Os vilões, camponeses que não conheciam a ideia de civilização, eram considerados pelos aristocratas franceses como pedras brutas que precisavam ser lapidadas, árvores que precisavam ser podadas e o recurso que realizaria esse trabalho seria o “processo civilizador”. Holbach, citado por Norbet Elias, em **O processo civilizador**, em seu livro **Systeme social**, editado em 1774 diz: “Nada há que oponha mais obstáculos no caminho da felicidade pública, do progresso da razão humana, de toda a civilização dos homens do que as guerras contínuas para os quais príncipes estouvados são atraídos a cada momento.” (ELIAS, 1990, p. 61).

Esse trecho mostra claramente a ideia pacificadora da civilização, em contraponto ao homem e à sociedade medieval, de guerras constantes. A civilização valoriza a modernização dos costumes e é um retrato da transformação da sociedade do feudalismo ao capitalismo, da sociedade medieval à sociedade moderna que busca desenvolver a mente, a racionalidade, em oposição ao corpo, utilizado como instrumento de guerra e de pecado. A razão deveria prevalecer sobre o corpo e a emoção. O Homem que controlava seus instintos, seu corpo, suas emoções e seus sentimentos era um homem civilizado. Com relação ao desenvolvimento da razão, Holbach afirma:

A razão humana não é ainda suficientemente exercitada; a civilização dos povos não se completou ainda; obstáculos inumeráveis se opuseram até agora ao progresso do conhecimento útil, cujo avanço só poderá contribuir para o aperfeiçoamento de nosso governo, nossas leis, nossa educação, nossas instituições e nossa moral. (ELIAS, 1990, p.61).

Homens modernos, os franceses pretendiam criar uma nação moderna que fosse composta por homens incrivelmente superiores ao homem medieval. A aristocracia francesa, principalmente, se prendeu a esses valores de civilidade como uma forma de se destacar da plebe, uma maneira de expressar sua superioridade intelectual e cultural, uma forma de promover segregação social.

Inicialmente, esse conceito era utilizado somente pelas cortes mas, com a ascensão da burguesia, seu uso se estendeu a todos os segmentos da sociedade, caracterizando a principal diferença para o conceito de cultura surgido na Alemanha, de que falaremos posteriormente.

A ascensão da burguesia francesa se deu com a expansão do mercantilismo e com o desenvolvimento econômico do país em meados do século XVII e XVIII, fazendo com o que o conceito de civilização se difundisse de maneira ampla.

Mas, entretentes, haviam-se expandido a capital e a população do país. [...], as relações de comércio haviam se tornado mais densas e amplas, a atividade industrial mais vigorosa, as comunicações melhores, e mais íntimas a integração econômica e a interdependência do território francês. (ELIAS, 1990, p. 56).

Com essas transformações, a aristocracia (composta pelo clero e pela nobreza) estava perdendo poder e passou a existir uma grande abertura para a mobilidade social. A burguesia começou a assumir cargos políticos, se integrando à aristocracia nobre, absorvendo o pensamento político, os costumes e o comportamento da nobreza, muito embora isso não tenha ocorrido sem que houvesse, por parte dessa aristocracia ameaçada, uma reação significativa, uma tentativa de estabelecer sua identidade própria através da civilização e dos bons costumes.

Os burgueses bem sucedidos acumulavam riquezas e queriam desfrutar dos mesmos privilégios da nobreza de cortes, compravam títulos de nobreza e buscavam da melhor maneira se tornar verdadeiramente nobres e, evidentemente, não era possível se tornar um nobre sem antes se tornar civilizado. Com essa abertura à ascensão social burguesa, toda a sociedade passou a imitar as cortes a assimilar seus valores e comportamentos, como analisa Renato Ribeiro:

À medida que as maneiras se refinam, tornam-se de uma superioridade: não é por acaso que o exemplo parece sempre vir de cima e, logo, é retomado pelas camadas médias da sociedade, desejosas de ascender socialmente. Esta imitação é um dos grandes veículos da difusão das boas maneiras: é exibindo os gestos prestigiados que os burgueses adquirem estatuto nobre. (RIBEIRO, 1987, p. 19).

Em pouco tempo, a ideia de civilidade dominava todas as cortes da Europa e a corte francesa era a grande referência para todas as outras cortes.

Com a difusão da civilização a burguesia ascendente não tentou destruir essa ideia ou criar contrapontos a ela para formar sua própria identidade. Ao contrário da burguesia alemã, houve ampla aceitação dos modos tidos por refinados e, mais que isso, houve ampla absorção desses modos. A ideia de civilização se fortaleceu e, cada vez mais, pretendia se difundir por todo o mundo ocidental.

A civilização se opunha à barbárie e à vida simples, era a construção de uma sociedade mais sofisticada, um tipo elevado de sociedade, com um padrão de moral e costumes, de consideração com o próximo e polidez, inclusive de movimentos e gestos, pois o corpo representava a fraqueza humana, a carne animalesca que deveria ser domesticada pelos costumes civilizatórios. Com a ascensão burguesa, estes novos aristocratas pregavam a expansão da civilização a outros setores da sociedade para eliminar tudo o que era bárbaro ou irracional nas condições vigentes, principalmente nos setores de interesse burguês, como o comercial. Pregavam que, para a construção de uma sociedade civilizada, deveriam acabar com as restrições comerciais e sociais aos burgueses e que o rei deveria trabalhar na pacificação interna do país (ELIAS, 1990, p. 62).

No século XVIII, a França passou por diversas transformações e a burguesia, apesar de crescer socialmente, não estava satisfeita com as inúmeras restrições legais a ela impostas e com os privilégios que eram concedidos ao rei e à nobreza. Possuindo o poder econômico em suas mãos, o que gradualmente foi enfraquecendo o rei e a aristocracia nobre, ela promoveu a revolução burguesa, subvertendo o governo absolutista e transformando a sociedade como um todo. Porém, o conceito de civilização e os valores empregados a ele não foram subvertidos, pois estavam enraizados na cultura burguesa e com isso o conceito e as ideias de civilização sobreviveram à revolução e continuaram ditando regras à nova classe dominante, a burguesia.

Com o sucesso da revolução, a burguesia “civilizada” se viu como superior aos outros povos do mundo e alimentou cada vez mais a pretensão de expandir essa ideia a eles. Diferente do início, da formação do conceito, nesse momento a sociedade francesa se via como civilizada não como uma construção, um processo civilizador, mas sim, como um processo concluído e acabado. Sendo assim, o próximo passo do desenvolvimento e da civilização seria expandi-la aos outros povos, principalmente através do expansionismo militar e da imposição dos costumes franceses aos demais países (a princípio, considerando-se os países da Europa e, posteriormente, expandindo-se a noção civilizatória a países dos demais continentes, posição que se repete de forma ampliada e copiada por diversas nações posteriormente, no contexto de expansão e dominação que precede a Primeira Guerra Mundial, quando a ideia civilizadora passa a assumir um caráter salvacionista e paternalista acentuado o bastante para justificar a dominação de países barbarizados tão própria da corrida imperialista). Nesse período, a civilização justificou a expansão nacional e a colonização. Essa ideia pode ser percebida a partir desta frase de Napoleão que, partindo para o Egito em 1798, gritou para suas tropas: “Soldados, estais iniciando uma conquista de consequências incalculáveis para a civilização.” (ELIAS, 1990, p. 64).

Antes de entrarmos no conceito de cultura alemã, esta passagem de Norbert Elias tenta definir um pouco a ideia geral do conceito de civilização:

O Conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou o modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que pode descrever como civilização. (ELIAS, 1990, p. 23).

O conceito de civilização já havia se expandido às cortes e às aristocracias de toda a Europa, inclusive a aristocracia alemã, entrando no segundo aspecto de abordagem deste artigo. Abordaremos a partir de agora o conceito de cultura, surgido na Alemanha em contraponto ao conceito de civilização francês que já havia se difundido inclusive pelo território do Sacro Império Romano-Germânico.

Para compreender melhor esse contraponto é preciso entender o contexto no qual a Alemanha estava inserida. A “Guerra dos Trinta Anos” havia devastado toda a Alemanha no início do século XVII, há um enorme despovoamento e uma pavorosa

devastação econômica. (ELIAS, 1990, p. 29). A Alemanha nos séculos XVII e XVIII, principalmente a burguesia alemã, era caracterizada por certa pobreza em relação aos padrões da França e da Inglaterra, existindo dentro da Alemanha um abismo social entre a burguesia e a aristocracia, impedindo a mobilidade social. Norbert Elias explica a situação da burguesia alemã, em decorrência da “Guerra dos Trinta Anos”, neste trecho:

O comércio, em especial o comércio externo que fora altamente desenvolvido em partes do país no século XVI, está em ruínas. Desmoronou a imensa riqueza das grandes casas mercantis, parcialmente devido a mudança nas rotas de comércio devido a descoberta de novas terras no ultramar e, até certo ponto, em consequência do longo caos da guerra. O que sobra é uma burguesia de pequenas cidades, de horizontes estreitos, vivendo basicamente do atendimento de necessidades locais. (ELIAS, 1990, p. 29).

Não havia inicialmente, para a burguesia alemã, recursos para investimentos em luxos como arte e literatura. Nas poucas situações nas quais tais investimentos eram possíveis na corte da aristocracia alemã, as pessoas imitavam a conduta da corte francesa de Luis XIV e falavam o francês, consideravam a língua alemã uma língua bárbara e incômoda, comum das classes baixas e médias, uma língua desengonçada e bruta. Essas cortes buscavam de todas as maneiras imitar os franceses, aderindo aos modelos comportamentais por eles propostos. A língua francesa se difundiu por toda a classe superior alemã, se tornando um símbolo de status, de fineza e, é claro, da inevitável segregação que, mais que simplesmente natural, parecia ser cultuada por essa elite. Em 1730, a noiva de Gottsched escreve a seu prometido: “Nada é mais plebeu do que escrever cartas em alemão.” (ELIAS, 1990, p. 30).

No fim do século XVIII, a situação econômica e social começou a melhorar e iniciou-se o desenvolvimento da literatura e da filosofia alemã. Um ponto importante foi quando o imperador Frederico II, apesar de ser da aristocracia, lamentou a situação em que se encontrava a economia alemã devido às sucessivas guerras, mas disse acreditar que com o pequeno crescimento econômico se desenvolveria uma arte e uma literatura propriamente alemãs. Frederico II estava certo, pois um ano após a publicação de seus escritos (1781), surgiram grandes autores alemães conhecidos internacionalmente, como Schiller, Kant e Goethe (que já publicava em alemão a mais ou menos sete anos), que iniciaram o florescimento da filosofia e da literatura alemã que conhecemos até hoje. No final do século XVIII, a língua alemã já era rica e flexível, com uma enorme produção artística e literária, desenvolvida principalmente pela burguesia em ascensão.

Frederico II, o grande, publicou diversos livros e escritos no intuito de desenvolver a língua, a arte, a filosofia e a literatura alemã, mas seus costumes eram inteiramente franceses, falava o francês, mas promovia o desenvolvimento da língua alemã. Fora criado dentro dos padrões das cortes europeias que unanimemente seguiam o padrão francês civilizatório, com isso, Frederico II, tinha costumes franceses, mas uma política voltada para o povo alemão, gerando enormes contradições entre seus atos e seus escritos como homem e filósofo. Inclusive, sua imagem para o povo alemão também era complexa e contraditória, sendo para muitos considerado um grande herói e para outros um hipócrita aristocrata como todos os outros. Um fato interessante é que Frederico II detestava Shakespeare, dizia que as detestáveis obras inglesas, principalmente as de Shakespeare, eram cheia de erros bizarros e as chamava de “nojentas imbecilidades”. Apesar das contradições, Frederico II teve especial importância para o desenvolvimento econômico e intelectual da burguesia alemã.

A burguesia em ascensão assumiu uma postura diferente da burguesia francesa, não havia muita mobilidade social e, com isso, a burguesia alemã não tinha acesso às cortes, o burguês não podia ou não tinha o interesse de se tornar um nobre, não pretendia comprar títulos de nobreza, mas, sim, formar uma nova sociedade, derrubar a aristocracia e seus valores e criar uma sociedade nova a partir de outros valores e conceitos exclusivos da burguesia, condenando os valores aristocráticos da nobreza. Essa burguesia não se preocupava com questões políticas que eram atividades da nobreza aristocrática e, assim, dedicava seu tempo ao desenvolvimento artístico e intelectual, procurando romper cada vez mais com os costumes e a filosofia da aristocracia “civilizada”. Goethe, grande escritor do período, escreve em um de seus livros, citado por Norbet Elias, em **O processo civilizador**:

Em Estrasburgo, na fronteira francesa, libertamo-nos imediatamente do espírito dos franceses. Descobrimos que seu estilo de vida era regulamentado e aristocrático demais, fria a sua poesia, destrutiva sua crítica literária, e abstrusa e insatisfatória sua filosofia. (ELIAS, 1990, p. 35).

A burguesia alemã, sobretudo, era uma burguesia intelectual com acesso às universidades, e, com isso, começara a criticar os valores da aristocracia. Eles consideravam os aristocratas pessoas falsas e mentirosas que, tentando controlar suas emoções, mentiam e enganavam em relação a seus próprios sentimentos. Como mostrado por Elias:

Já no emprego que lhe é dado pelos alemães *Zivilization*, significa algo de fato útil, mas apesar disso apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana. A palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser é *Kultur*. (ELIAS, 1990, p. 24).

Começou a surgir, então, uma consciência de classe no seio da burguesia alemã, que se enxergava coletivamente diferentes dos aristocratas nobres, se enxergava como superiores intelectualmente, e que possuíam virtudes que eram inerentes a eles mesmos, baseadas na transparência e na verdade. Essa consciência de classe é comprovada através deste escrito de Goethe, em 24 de dezembro de 1771:

O que mais me irrita é nossa odiosa situação burguesa. Para ser franco, sei tão bem como qualquer outra pessoa como são necessárias as diferenças de classes, quantas vantagens eu mesmo lhes devo. Apenas não deviam se levantar diretamente como obstáculos no meu caminho. (ELIAS, 1990, p. 37).

Essa passagem mostra, também, o desejo da classe média, que precisava manter as portas de baixo fechadas, querendo, ao mesmo tempo, que as portas de cima se abrissem para sua ascensão. Segundo Norbert Elias (1990), a classe média burguesa alemã não tentava promover uma revolução social pelo medo de as classes mais baixas também quererem reivindicar mobilidade. Já outro escritor, Lessing, literato da época escreveu (citado por Elias) contra essa formação de consciência de classe e afirma que: “Essa odiosa distinção que os homens traçaram entre si [...] a natureza desconhece. Ela distribui as qualidades do coração sem qualquer preferência pelos nobres e pelos ricos.” (ELIAS, 1990, p. 35).

Na Alemanha, esses jovens que se destacavam por sua notável inteligência e talento não conseguiam acesso aos círculos da alta sociedade, diferentemente da França, onde esses talentos de classes emergentes eram absorvidos pelas cortes aristocráticas como Voltaire e Diderot, que eram de classe média, mas foram assimilados pela aristocracia de cortes de Paris.

A aristocracia alemã cada dia mais se isolava, não permitindo a abertura das portas para a mobilidade social e, com isso, foi-se criando o cenário ideal, de repulsão entre uma classe e outra, justamente quando a ideia de cultura alemã, de classe burguesa, surgiu em detrimento da aristocracia.

A literatura foi uma das maneiras mais eficazes de difundir essa ideia de oposição entre burgueses “verdadeiros” e aristocratas “falsos” de formas diversas que

chegaram a estabelecer certo maniqueísmo das visões acerca da temática. Os romances, normalmente, mostravam uma moça da plebe ou da burguesia, que se casava com um aristocrata, pensando ser aquela uma vida de sonhos e beleza, mas na grande maioria das vezes, essa plebeia ou burguesa descobria que aquela sociedade aristocrata era formada por pessoas falsas, mentirosas, maldosas e ruins. Em um dos romances de Sophie de La Roche, escritora muito conhecida na época, contava-se a história de uma moça do campo que sem alternativas, tornou-se amante do príncipe e passou a viver na corte, descrevendo-a desta maneira:

Ver como o tom, o estado de espírito que está na moda na corte, reprime os anseios mais nobres de um coração admirável por natureza, ver como evitar as zombarias de senhoras e cavalheiros elegantes significa rir e concordar com eles, enche-me de desprezo, e piedade. A sede de distrações, de novos atrativos, de admiração por um traje, uma peça de mobiliário, um novo prato absurdo, oh, minha Emília, como se agita e adoce minha alma [...]. Não vou falar de falsa ambição que trama tantas intrigas vis, rasteja diante do pecado ocultado pela prosperidade, considera com desprezo a virtude e o mérito e, indiferente, faz com que outros se sintam infelizes. [...] Estou convencida tia, de que a vida na corte não se coaduna com meu caráter. Meus gostos, minhas inclinações, divergem dela de todas as maneiras. E confesso a minha bondosa tia que iria embora mais feliz do que aqui cheguei. (ELIAS, 1990, p. 40-41).

Toda a produção literária intelectual alemã da segunda metade do século XVIII foi fruto de uma só classe social, a burguesia ascendente, e todo esse movimento literário não possuía nenhuma movimentação política declarada, como afirma Elias: “Com raras exceções, não encontramos na Alemanha, antes de 1789, ideia alguma de ação política concreta, nada que lembre a formação de partido político ou programa partidário.” (ELIAS, 1990, p. 35).

Com a pouca ação política, impedida também pelas estruturas absolutistas e pelo não acesso da burguesia a cargos importantes, foi através da literatura que a burguesia reagiu à dominação da nobreza. A imagem da aristocracia foi difundida por todo o território alemão de maneira pejorativa, e, valores como a sinceridade e honestidade, foram sendo cada vez mais valorizados como próprios do povo alemão, ariano, que falava a língua alemã e possuía os verdadeiros ideais para uma boa sociedade. Com isso, o povo alemão começou a construir sua identidade coletiva, que foi bastante difundida, principalmente, nos finais do século XIX, quando o ideal de unificar uma nação cuja identidade era o maior fator em comum, justificou e propulsionou o processo político e territorial que culminou na formação do Estado alemão, extremamente arraigado às concepções nacionalistas.

A literatura era a arma da burguesia contra a aristocracia, era onde o sentimento do povo alemão mostrava a superioridade da “verdade” sobre a “mentira” da civilização. No livro **Agnes Von Lilien**, de Caroline Von Volzogen, de 1796, uma das personagens faz a descrição do príncipe da corte:

O príncipe, que tinha entre 60 e 70 anos de idade, oprimia a si mesmo e aos demais com a rígida e antiga etiqueta que os filhos dos príncipes alemães haviam aprendido na corte do rei francês e transplantado para seu próprio solo, embora, reconhecidamente, em dimensões algo reduzidas. O príncipe aprendera pela idade e hábito a mover-se quase com naturalidade sob esta pesada armadura de cerimônia. Com relação às mulheres, observava a cortesia elegante, exagerada, da era pretérita da cavalaria andante, de modo que sua pessoa não lhes era desagradável, mas ele não podia deixar nem por um instante a esfera das boas maneiras sem se tornar insuportável. Seus filhos [...] viam no pai apenas o déspota.

As maneiras caricaturais, entre os membros da corte, ora me pareciam ridículas ora lamentáveis. A reverência com que podiam, ao aparecimento de seu senhor, convocar imediatamente do coração para as mãos e pés, o olhar gracioso ou raivoso que lhes trespassava o corpo como um choque elétrico [...] a concordância imediata de suas opiniões com as palavras mais recentes caídas dos lábios principescos, tudo isso achei incompreensível. Pareceu-me que estava assistindo a um teatro de marionetes. (ELIAS, 1990, p. 42).

Essas ideias, que fomentavam o conceito de cultura alemã da burguesia, foram disseminadas através de duas figuras importantes na sociedade da época, o clérigo e o professor. As Universidades foram o verdadeiro contrapeso da burguesia contra a aristocracia, foi onde essas ideias se disseminavam e se fundamentavam cada dia mais. Os professores e religiosos divulgavam essa ideologia para todo o território alemão, ampliando cada vez mais a ideia de cultura e aumentando o desprezo pela aristocracia dos “bons modos” ou aristocracia civilizada.

Com essa imagem pejorativa das cortes, da aristocracia e tudo que fazia parte desse universo, os alemães criaram um novo conceito em contraponto ao conceito de civilização que ditava o comportamento da nobreza. Surgiu o conceito de cultura, que incorporava todos esses valores da sociedade alemã burguesa de sinceridade, honestidade, intelectualidade, respeito e também características étnicas, como povo germânico, ariano, de língua alemã e, principalmente, que não precisava da ajuda dos franceses para formar sua sociedade, pois eles mesmos possuíam a cultura, um conceito que englobava valores e comportamentos puramente alemães e considerados muito melhores para a formação de uma sociedade ou uma nação do que o conceito de civilização francês. Como se pode ver nas palavras de Norbert Elias:

O conceito de *Kultur* reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: “Qual é, realmente, nossa identidade?” A orientação do conceito alemão de cultura, com sua tendência à demarcação e ênfase em diferenças, e no seu detalhamento, entre grupos, corresponde a este processo histórico. (ELIAS, 1990, p.25).

Portanto, o conceito de cultura surgiu em contraponto ao conceito de civilização, pretendendo negá-lo. Os alemães acreditavam numa batalha da civilização versus cultura que significava “cortesia” extrema e enganadora versus “virtude” autêntica. Cultura era o conjunto das verdadeiras “virtudes” que deveria ser praticadas por uma sociedade ideal, como “o amor à natureza e à liberdade, a exaltação solitária, a rendição às emoções do coração, sem o freio da razão fria”. (ELIAS, 1990, p. 36). Essa abstração coletiva era incrivelmente forte na mente dos alemães que acreditavam que, sendo verdadeiramente alemão (que significa não ser da aristocracia e falar a língua alemã), teriam essas virtudes inerentes a si próprios, como algo vindo do sangue, dos arianos e, por isso, jamais poderia ser praticado e/ou construído por outros povos.

Vários escritos da época mostram este contraponto entre os valores burgueses da cultura e os ideais aristocráticos de civilização, como pode-se ver nesta descrição dos aristocratas de textos literários, feita por Goethe, em 24 de dezembro de 1771, e citada por Elias: “O sofrimento resplandece, o tédio reinante entre as pessoas detestáveis aqui reunidas, a competição entre elas por posição, a maneira como constantemente procuram meios de um passar na frente do outro.” (ELIAS, 1990, p. 36-37).

E também neste outro texto de Goethe, de 8 de janeiro de 1772: “Que tipos de pessoas são estas cuja alma inteira se radica no cerimonial e cujos pensamentos e desejos o ano inteiro centralizam-se em como podem aproximar uma cadeira da mesa?” (ELIAS, 1990, p. 37).

A cultura alemã é um contraponto entre a educação sólida e preferência pela virtude antes da honra à “cortesia, submissão e boas maneiras”. Consideravam os aristocratas pessoas sem conhecimento e sem conteúdo, pessoas superficiais. Em 23 de outubro de 1828, trocando cartas, Eckermann disse a Goethe: “Uma educação tão completa como o Grão-Duque parece ter recebido é sem dúvida rara entre personagens principescos.” (ELIAS, 1991, p. 43).

Goethe respondeu:

Muito rara [...]. Há muitos, para ser exato, que podem conversar inteligentemente sobre qualquer assunto, mas não possuem conhecimentos profundos e apenas arranham a superfície. E isso não é de espantar, se pensarmos nas espantosas distrações e truncamentos que a vida da corte acarreta. [...]. As pessoas com quem convivi não tinham idéia do que seja erudição. Eram cortesãos alemães e esta classe não possui nenhuma *Kultur*. (ELIAS, 1990, p. 43).

É importante frisar que, apesar da consciência que tinham de classe social, a burguesia não constituía um círculo fechado como a aristocracia, compondo-se de administradores e servidores civis, no seu sentido mais abrangente, pessoas que conseguiam seu sustento através da corte mas que, com raras exceções, não participavam ou não queriam participar da sociedade cortesã. A burguesia comercial foi, em sua grande parte, o público alvo da literatura alemã, o mercado consumidor dos livros e das ideias. Porém, esse setor da burguesia ainda era relativamente pobre e, apesar de já esboçar os princípios da prosperidade, só cresceu economicamente no início do século XIX.

No entanto, apesar das diferenças, ambos os conceitos tinham um significado ou uma representação social semelhante. Segundo Norbert Elias (1990), o conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, uma consciência que já pode ser percebida como algo que extrapola os limites meramente nacionais e que diferencia a sociedade moderna das sociedades anteriores, ditas como primitivas. Diferencia, sobretudo, a sociedade ocidental das demais sociedades, englobando aquilo de que ela se orgulha, o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais. (ELIAS, 1990, p. 23). Esse mesmo orgulho e essa mesma identificação de costumes e conquistas, que são expressos pela sociedade alemã pelo conceito de cultura, esses dois conceitos, com valores diferenciados, exercem a mesma função social, na França, e grande parte do Ocidente, como civilização, e na Alemanha, como cultura.

O principal aspecto que diferenciou o surgimento desses dois conceitos foi o comportamento da burguesia que, na França, assumiu para si os valores da nobreza, procurando somente adaptá-los às novas realidades e, na Alemanha, procurou romper definitivamente com tudo aquilo que era referente à aristocracia. A burguesia francesa queria ser aristocrata, enquanto a alemã queria formar um novo grupo e acabar com a aristocracia. Curiosamente, para tornar possível a consolidação do Estado alemão no século XIX, essa burguesia necessitou travar alianças com a aristocracia para se erguer diante das classes populares.

O conceito francês está muito relacionado a questões políticas ou econômicas, técnicas ou religiosas, morais ou sociais. Já o conceito de cultura, relaciona-se a questões intelectuais, artísticas e religiosas e apresenta uma linha divisória bem definida entre esse tipo de questões e as questões políticas, econômicas e sociais. O conceito de civilização é um “processo” ou uma “construção”, ou ao menos passou por esse processo e propicia uma integração maior entre vários povos que podem vivê-lo. Já o conceito de cultura alemã é inerente ao povo alemão, tem a ver com sua índole e identidade, não processual, mas concreto e consolidado, impossível de ser transmitido ou construído por outros povos, pois é próprio e exclusivo do povo alemão, constitui uma identidade peculiar construída inclusive pela tardia unificação política em relação à maioria das nações ocidentais. Enquanto a civilização tende ao externo e à expansão, o conceito cultura se propõe à internalização e à reflexão sobre si mesmo, uma constante construção e reconstrução de uma identidade própria.

As peculiaridades e distinções entre os dois países (França e Alemanha) construíram seus conceitos de acordo com suas histórias e desenvolvimento político, econômico e social, uma abstração conceitual construída a partir de uma realidade concreta.

Esses são conceitos que, cada um com seu significado específico, possuem facetas positivas no que se refere à criação de um senso de pertencimento (identidade), ao estabelecimento de parâmetros daquilo o que é certo e daquilo o que é errado em termos de sociedade e à unificação dos povos mas, em contrapartida, apresentam características que os tornam potencialmente nocivos, principalmente se considerarmos que, em ambos os casos, a principal ideia por trás dos conceitos é a da segregação, seja ela entre “bárbaros” e “civilizados”, seja entre “verdadeiros” e “falsos”. Toda a trajetória e o impacto de ambos os conceitos, em suas respectivas sociedades de foco, é marcada pela noção de separar aqueles que sabem dos que não sabem, os que podem dos que não podem, os que merecem dos que não merecem e assim sucessivamente. E, é no conflito constante entre aristocracia e burguesia, nos dois lados, que podemos perceber isso da melhor forma.

A postura francesa de internacionalização de seu conceito civilizador pode ser percebida ao longo de seus processos históricos de forma acentuada. A difusão da ideia marcou a França como ditadora de moda, consagrando-a como nação exportadora de padrões de excelência no que se refere às questões modeladoras de comportamento e refinamento. Sua proposta ideológica abraça sem grandes esforços uma visão global dos

aspectos a serem valorizados pelas sociedades e, sob essa bandeira, a civilização francesa se mostrou como uma potente arma de justificativa para a dominação territorial e política em períodos históricos diversos, uma vez que tornava possível a visão do civilizado como salvador dos bárbaros, protetor dos povos que, ainda em passos vacilantes rumo ao verdadeiro desenvolvimento, necessitavam de tutela paternalista para atingirem o progresso heroicizado pelo racionalismo. Essa justificativa acabou sendo amplamente difundida entre os demais países europeus, por exemplo, durante a corrida imperialista do século XIX, que precedeu a Primeira Guerra Mundial.

O conceito alemão, por sua vez, pautado na interiorização, na consideração de uma sociedade restrita como portadora única dos valores mais sublimes possíveis à humanidade, foi levado às últimas consequências no momento da Segunda Guerra Mundial. O III Reich tornou possível uma visualização incontestável do alcance das ideias extremistas que fundamentaram a formação ideológica da Alemanha. É bastante provável que a cultura alemã tenha baseado, ao longo dos processos históricos vivenciados pelo país, o nacionalismo fervoroso e a sacralização da etnia ariana que endossaram a ideologia nazista.

A despeito de suas características positivas e negativas, esses dois conceitos, até hoje muito difundidos e discutidos no meio acadêmico, fazem parte do cotidiano das sociedades modernas. Ambos se difundiram por todo o mundo e seus significados atuais são os mais diversos, porém suas origens são bem definidas e o estudo dessas origens nos ajuda muito a empregá-los de maneira correta e, também, a entender melhor o processo de formação do mundo em que vivemos.

Between Kultur and Civilization: an analysis of the formation of the concept of civilization and culture in the transition from feudalism to capitalism, from the writings of Norbert Elias

ABSTRACT

The purpose of this article is to work on and clarify the concepts of civilization and culture based on Norbert Elias's ideas developed in **The Civilizing Process**, especially in the chapters "Sociogenesis of the Antithesis between *Kultur* and *Zivilisation*, in German Usage" and "Sociogenesis of the Concept of *Civilization* in France". We will also discuss other authors who have dealt with this issue. Due to the importance of such terms, we will make a parallel between aspects concerning the construction of these concepts, both by the French and the Germans, and the respective importance of their meanings in the transition from the Middle Ages to the Modern Age in Western Europe.

Keywords: Civilization; Culture; Bourgeoisie.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. Sociogênese da diferença entre "Kultur" e "Zivilisation" no emprego alemão. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 23-50.

ELIAS, Norbert. Sociogênese do conceito de Civilization na França. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 51-64.

MIRANDA, Luiz Francisco de Albuquerque. **Voltaire e a sociogênese do conceito de civilização**: a importância história da corte. In: Simpósio Internacional Processo Civilizador. 2008. Anais. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2008. p. 393-400.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime**: do sangue à doce vida. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Manuais de civilidade, modelos de civilização. **História em Revista** (UFPel), Pelotas, v. 9, n.2, p. 105-134, dez. 2003.